

Instituto de Ciências da Educação – Universidade Federal do Pará
Revista Ver a Educação, Belém, n. 1, ano 2026

**Desestabilizando a contabilidade: Relacionalidade, poder e autodeterminação
econômica de Povos Originários**

**Unsettling accounting: Relationality, power, and First Peoples' economic self-
determination**

**Desestabilizando la contabilidad: Relacionalidad, poder y autodeterminación
económica de los Pueblos Originarios**

Andy Wear¹

Silvia Pereira de Castro Casa Nova²

Resumo

Este estudo adota uma visão de mundo crítica e decolonial, entendendo a linguagem contábil como um mecanismo de reforço de poder sobre os povos originários. Assim, interroga como o uso prevalente da linguagem contábil pode perpetuar a marginalização econômica e cultural dos modos de vida e saberes dos povos originários. Fundamentando-se em abordagens relacionais e adotando o arcabouço teórico da contabilidade crítica dialógica, analisamos a linguagem utilizada em documentos oficiais para trazer à tona estruturas de poder ocultas. Os documentos analisados foram produzidos pelo *Kaiela Institute* e pela *Rumbalara Aboriginal Co-operative*, organizações da Nação Yorta Yorta. Propomos uma mudança na forma de comunicação e “mensuração” contábil para enfrentar o desequilíbrio de poder, denominando-a de contabilidade relacional. Nossos achados preliminares indicam que a linguagem contábil normaliza a marginalização econômica e reforça barreiras sistêmicas à autodeterminação dos povos originários, enquanto a contabilidade relacional reconhece os sistemas de conhecimento e valores desses povos, promovendo uma prática contábil de empoderamento.

Palavras-chave: contabilidade relacional; contabilidade crítica; autodeterminação; relacionalidade; conhecimento ancestral.

¹ Doutor pela University of Melbourne. Melbourne-Australia. Orcid: 0000-0003-2074-7841. E-mail: andy.wear@unimelb.edu.au.

² Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. São Paulo-Brasil. Orcid: 0000-0003-1897-4359. E-mail: silvianova@usp.br.

Tributo aos povos originários

Nós expressamos nosso reconhecimento e fazemos um tributo a todos os povos originários como os Guardiões Tradicionais das terras nas quais vivemos e trabalhamos – cujos laços sociais, espirituais, econômicos e culturais permanecem inquebrantáveis em um relacionamento com o Território que tem continuidade desde tempos imemoriais.

Expressamos nosso respeito aos Ancestrais, Anciãs e Anciões de povos originários, no passado, presente e futuro, cujos conhecimentos e sabedoria nos garante a continuidade da cultura e das práticas tradicionais.

Introdução

Historicamente, colonizadores recém-chegados, invasores de territórios ancestrais, controlaram indiscutivelmente a terra, o governo e a economia em suas colônias. No que é hoje conhecido como Austrália, o inglês foi estabelecido como língua oficial e, em toda a colônia, os povos aborígenes foram obrigados a negociar e se adaptar a aspectos desse “mega mundo europeu”. Como parte dos mecanismos de controle estabelecidos, aportaram, de diferentes maneiras, conhecimentos e práticas contábeis, utilizados para monitorar, submeter e expropriar. Neste artigo, argumentamos que a linguagem contábil colonial(ista) ocidental se perpetua desde estes tempos e ainda (des)favorece as comunidades e organizações dos povos originários. Para fundamentar este argumento, focamos em dois documentos distintos da Nação Yorta Yorta: o *Goulburn Murray Regional Prosperity Plan* (Plano de Prosperidade Regional de Goulburn Murray – GMRPP) e o *Rumbalara Aboriginal Co-operative Annual Report* (RACAR).

Nossa contribuição reside no desenvolvimento preliminar de uma modalidade contábil projetada para mais bem apoiar os princípios de autodeterminação e refletir as onto-epistemologias dos povos originários. Como pesquisador e pesquisadora não indígenas, utilizamos nosso acesso privilegiado para explicar como a linguagem hegemônica da contabilidade se tornou tão pervasiva e para criticar a estrutura de poder que essa linguagem disfarça em tecnicidades necessárias e obrigatórias. Baseamo-nos tanto em abordagens de pesquisa indígenas quanto em aportes da contabilidade crítica para revelar como a linguagem contábil tem sido mobilizada por povos tradicionais em seus esforços para comunicar e mensurar sua visão, lutas e conquistas em sua busca contínua por autodeterminação.

Para isso, adotamos a lente teórica da Critical Dialogic Accounting (Contabilidade Crítica Dialógica – CDA), que postula que a sociedade exige prestação de contas (*accountability*) para além do desempenho econômico, desafiando os sistemas contábeis a se expandirem mais além das necessidades informacionais dos provedores tradicionais de capital financeiro. A contabilidade dialógica é, portanto, primordial para entender, retratar e abordar as necessidades informacionais de uma ampla rede de constituintes interessados, que devem incluir, e sobretudo aprender, com os Povos originários. Dillard e Vinnari (2019) propõem a CDA “como uma forma de conceituar sistemas de prestação de contas em uma sociedade pluralista caracterizada por interesses múltiplos e frequentemente conflitantes” (p. 16). Partindo dessa base conceitual, propomos um avançar que denominamos de contabilidade relacional, porque alinhada com o conceito de relacionalidade, como base dos saberes e práticas dos conhecimentos ancestrais dos povos originários.

Para o alcance de nossos objetivos, estruturamos esse artigo como segue: inicialmente apresentamos o referencial teórico, partindo do reconhecimento da contabilidade como uma ferramenta de controle; avançamos, então, para a discussão da relacionalidade; encerramos com uma breve análise do potencial emancipatório da Contabilidade Crítica Dialógica, sob a lente da Pedagogia dialógica de Paulo Freire (1981). Prosseguimos com o detalhamento da metodologia, que (re)conceituamos como uma explicação de “como viemos a saber, ser e fazer”.

Essa metodologia está embrenhada no referencial teórico, e é inseparável deste, buscando assegurar uma subjetividade autoral por meio de uma posicionalidade reflexiva. Esse método reafirma e reconhece a centralidade da relacionalidade, ou seja, da interconexão entre os fenômenos em estudo e seus agentes. Assim, nós nos declaramos tributários dos sistemas de conhecimento dos povos originários, eles próprios inerentemente relacionais, e que são, então, mobilizados para (re)formatar a linguagem e a prática contábil nos relacionamentos entre os povos originários e organizações e sistemas não indígenas. Avançamos, desse ponto, para apresentar o contexto de nosso estudo, delimitado em colaboração e consenso com a comunidade da Nação Yorta-Yorta, e com o seu lugar na narrativa histórica e política dos territórios em que vivem como guardiães tradicionais. Por fim, entrelaçamos os documentos sob estudo em nossas “análises e discussões”, adotando (talvez contraditoriamente) ferramentas de Inteligência Artificial para uma aproximação preliminar de sua profundidade e potencialidade. Dessa análise emergem categorias de análise temáticas, além de termos, que nos permitem desvendar como esses artefatos são utilizados para o engajamento com a cultura econômica ocidental.

Concluimos com uma exploração do que pode ser a semente de uma contabilidade relacional, alinhada como uma expansão da Contabilidade Crítica Dialógica, e que possa ser mobilizada como ferramenta empregada na luta dos povos originários pela sua autodeterminação econômica. Apoiados

em nossa experiência com o *yarning* como modo dialógico, observamos a interseção com, e a necessária revisão, da Contabilidade Dialógica (Dillard; Vinnari, 2019). Essa revisão é interdependente com a necessidade de apreciar o dinamismo complexo da “interface cultural” (Nakata, 2007) na qual os povos originários operam o tempo todo, muitas vezes em “colisão” com a força hegemônica da economia ocidental. Exploramos esse “colide-oscópio” (Jones, 2024) e o que significa para pesquisadores e profissionais de contabilidade não indígenas trabalharem de forma respeitosa e proposital nesse espaço. Nossos comentários finais incluem observações sobre outros desafios atuais enfrentados pelos povos indígenas, tanto neste continente, na chamada Austrália, terra natal do autor 1, quanto além dele, com estudos futuros propostos no continente natal da autora 2, Abya Yala.

O perigo do cálculo e a contabilidade como ferramenta de controle

Partimos do reconhecimento de que a contabilidade não é uma prática neutra; ela possui influência social e moral sobre a vida dos cidadãos e das cidadãs. Gray (1992) adverte que existem perigos profundos em tentar empregar o cálculo em um mundo onde o próprio cálculo pode ser identificado como uma causa raiz da opressão. No contexto dos povos originários, a contabilidade tem sido historicamente utilizada como uma ferramenta para a despossessão (Gibson, 2000). Assim, é preciso nos conscientizarmos de que existe uma tensão inerente entre a responsabilidade das organizações indígenas perante os governos, em parte relacionadas com sistemas de prestação de contas, e sua responsabilidade para com princípios superiores, como a “Lei do *Dreaming*” (Chew; Greer, 1997, p. 276).

Para aprofundar o estudo dessas tensões, fundamentamos nosso trabalho na pedagogia de Paulo Freire, que argumenta que a humanidade plena de opressores e oprimidos não pode ser realizada a menos que ambos estejam conscientes dos sistemas que reforçam a opressão e trabalhem para dismantelá-los. Assim, ao “desestabilizar” a contabilidade, buscamos transformá-la de um instrumento de despossessão, em uma ferramenta para a autodeterminação dos povos originários. Ao combater o fogo com o fogo, nos propormos a adotar uma postura de cumplicidade subversiva (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007), em que a resistência se transveste de obediência e conformidade, para desestabilizar as estruturas desde seu âmago.

A lógica holística da relacionalidade

Para definir a contabilidade relacional, utilizamos a metáfora do ecossistema. É crucial distinguir esta abordagem dos modelos de contabilidade informados ecologicamente que focam na capitalização e monetização do meio ambiente, como a “contabilidade do capital natural” ou títulos de impacto ambiental. Buscamos reinventar as formas de relacionamento com o entorno, indo além de uma economia antropocêntrica.

Kwaymullina e Kwaymullina (2014) estabelecem a relacionalidade como uma “lógica holística” que define a própria natureza da realidade. Este arcabouço estabelece três aspectos fundamentais:

Tudo está vivo: com as consequências de que tudo se move, tudo se transforma e tudo deve ser respeitado.

Tudo está relacionado: significando que tudo é família, as relações governam a distância e não existem eventos anômalos.

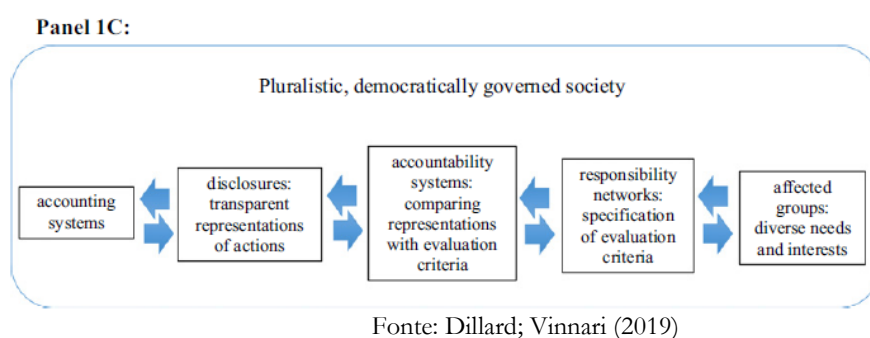
Tudo tem lei: implicando que tudo tem agência, toda lei deve funcionar e nem toda lei pode ser conhecida.

Compreender essas matrizes de troca é essencial para que contadores e contadoras e pesquisadores e pesquisadoras desenvolvam processos que respondam a essas realidades, evitando impor a “carga colonial” sobre os povos indígenas e originários, ou seja, a expectativa de que eles sejam responsáveis por educar os não indígenas sobre traumas históricos. Desse ponto partimos, na próxima seção, para um alinhamento entre o pensamento relacional e a Contabilidade Crítica Dialógica como proposta por Dillard e Vinnari (2019).

Contabilidade Crítica Dialógica e a Pedagogia da Libertação

A CDA desafia a premissa de que a contabilidade é neutra e técnica, compreendendo-a como cercada por desequilíbrios de poder (Dillard; Vinnari, 2019). Baseando-se no pluralismo agonístico, a CDA visa subverter o fluxo tradicional de uma contabilidade baseada na prestação de contas para uma prestação de contas baseada na contabilidade (Figura 1), em que as diversas necessidades e interesses dos grupos afetados sejam considerados dentro de uma rede de responsabilidade que é autônoma na especificação de critérios de avaliação, que vão então além daqueles comumente utilizados nos sistemas contábeis tradicionais.

Figura 1 – Contabilidade Crítica Dialógica



A contabilidade funciona como uma linguagem e, quando há um desbalanceamento de poder entre os grupos detentores de poder e aqueles que prestam contas, ela pode atuar como um dispositivo de tradução imperfeito. Para a CDA, esse desbalanceamento de poder deve ser considerado, de forma que abarque o entendimento de “quem responde a quem, pelo o que, baseado em que critérios, como, quem, e sujeito a que consequências” (Rached *apud* Dillard; Vinnari, 2019, p. 23, tradução nossa). Para responder a esse conjunto de questões, é preciso considerar as redes de responsabilidade (*responsibility networks*), como fontes de critérios de avaliação, e os sistemas contábeis (*accounting systems*), como fontes de representações de ações/resultados.

Assim, propomos estender a CDA para considerar os povos originários como grupos afetados, cujas necessidades e interesses devem expandir nossa compreensão dos sistemas de *accountability*. O foco deve ser o contrafluxo que vai dos grupos afetados para os sistemas contábeis, conforme mostrado na Figura 1.

Nesse esforço, utilizamos a pedagogia dialógica – como proposta por Paulo Freire (Wear, 2024) – como guia. Freire opunha-se à “pedagogia bancária”, onde professor e professora detém o conhecimento e o deposita no aluno e na aluna, vistos então meramente como uma “conta bancária” para receber depósitos.

Em analogia, na contabilidade dialógica, o diálogo ocorre quando se reconhece a incompletude do próprio conhecimento e se valorizam as experiências do outro. Os relatórios e documentos podem ser entendidos como “encontros” onde aprendemos sobre as representações contábeis trazidas pelos povos indígenas em seus esforços de autorrepresentação na língua do opressor, revelando a incompletude da própria contabilidade. Assim, é preciso construir esse diálogo no respeito de uma interface cultural, como a compreende Nakata (2007), mas ainda assim, em permanente colisão com outras formas de conhecer e ser, como nos adverte Jones (2024) em sua teorização sobre o colide-oscópio. Ambos são explorados a seguir.

A interface cultural e o “collide-oscope”

Nakata (2007) descreve a interface cultural como o espaço onde os sistemas de conhecimento indígenas e ocidentais se encontram. Esses sistemas operam sob diferentes teorias de conhecimento sobre quem pode ser o detentor do conhecimento, o que constitui evidência e como a verdade é verificada. Os povos originários frequentemente descrevem “caminhar em dois mundos”, onde desejos de pureza epistemológica colidem com a realidade de formas híbridas de conhecimento.

Jones (2024), pesquisador e acadêmico indígena em gestão, expande essa ideia através do conceito de “*collide-oscope*” (colide-oscópio – COP), que empresta da imagem do caleidoscópio. O COP representa a convergência, interação e imersão de prioridades intelectuais, políticas, econômicas, ambientais e sociais influenciadas por visões de mundo divergentes. É um espaço contestado que exige “trabalhar entre dois mundos” — o colonial(ista) e o soberano. Segundo o autor, conforme representado na Figura 2, as visões de mundo relacionais influenciam as ações dos povos originários ao navegarem neste ecossistema de trocas comerciais.

Figura 2 – Representação do COP



Fonte: Jones (2024)

De um lado do COP está representada a necessidade de enfrentamento do racismo, da discriminação, do preconceito e dos vieses; do lado oposto estão as visões de mundo soberanas e as formas de conhecer, de ser e de fazer dos povos originários. A relacionalidade é representada no centro, como uma maneira holística de ser, e que contempla uma vantagem competitiva dos povos originários, e adicionalmente, como uma ponte mediadora das tensões culturais. É a partir dessa compreensão que Jones (2024) desenvolve o Modelo dos 7Ps (M7P) da relacionalidade.

O Modelo dos 7Ps da Relacionalidade

Imerso na imagem do COP está o M7P. Em sua abordagem, Jones (2024) propõe o modelo em que resume as práticas relacionais que sustentam os empreendimentos dos povos originários. Conforme proposto na Figura 2, essa abordagem conduziria à sua autodeterminação econômica. Seus componentes são:

- *Place* (lugar): as oportunidades se expandem além dos constructos coloniais de fronteiras rígidas, fundamentando-se na identidade e no contexto.
- *Purpose* (propósito): superar estereótipos de déficit através da criação de empresas vibrantes que contribuem para a autodeterminação econômica, modelando conhecimentos e oportunidades para as futuras gerações.
- *People* (pessoas): a importância de construir boas relações por meio de uma prática constantemente negociada e responsiva, permeando as cadeias de suprimento com empreendimentos fornecedores fundados e geridos por pessoas descendentes de povos originários, e levando oportunidades de emprego para essas comunidades.
- *Partners* (parcerias): estabelecer relações baseadas em valores e confiança para avançar nas aspirações indígenas.
- *Prosperity* (prosperidade): abrange dimensões animadas e inanimadas, convergindo aspectos políticos, culturais, sociais e ambientais.
- *Perpetuity* (perpetuidade): criar caminhos e compartilhar conhecimento para as gerações futuras, reconhecendo aqueles e aquelas que “caminharam antes”.
- *Power* (poder): oportunidades para liderar, possuir, gerenciar e controlar empresas, abordando realidades socioeconômicas coletivas.

A partir desse enquadramento teórico, partimos para a nossa proposta metodológica, ancorada no questionamento de como passamos a conhecer, ser e fazer, e necessariamente imersa em uma compreensão de nossa posicionalidade e reflexividade que, portanto, implicam em nossas limitações, como pesquisador e pesquisadora não indígenas.

Metodologia: como passamos a conhecer, ser e fazer

Esse estudo é construído a partir de uma visão de mundo crítica e decolonial que compreende a linguagem contábil como um outro mecanismo que impõe o poder sobre os povos originários. Assim, para quebrar esse ciclo de opressão, nossa metodologia é respeitosamente “emprestada” dos

povos originários: é relacional e dialógica. Dessa forma, iniciamos o processo por um exercício de posicionalidade e reflexividade, nos colocando, como sujeitos-objetos e, assim, sendo parte integral da pesquisa, em que compreendemos que nossas ações têm um efeito no ecossistema.

Um ato de resistência onto-epistêmica

Embora esta seção pudesse ser rotulada como “metodologia e métodos”, optamos por apresentá-la como um ato de resistência acadêmica e solidariedade. Adotamos uma visão de mundo crítica e decolonial para observar os mecanismos usados para reforçar o poder hegemônico sobre os povos originários no Brasil e na Austrália. Nossa metodologia é deliberadamente posicional, relacional e dialógica.

Posicionalidade e reflexividade

Reconhecemos nossa subjetividade histórico-cultural, entendendo que a pesquisa ocorre em um ecossistema de agentes interconectados e iguais. Destacar nossa não indigeneidade é essencial para nossa integridade metodológica e dita nossa negociação intercultural. Somos um homem branco australiano e uma mulher latina brasileira, ambos trabalhando como acadêmicos em universidades de prestígio em nossos países de origem, e começamos por denunciar a “superioridade posicional do conhecimento ocidental” (Smith, 2022, p. 70). Fazemos isso ao mesmo tempo em que aceitamos que, como pesquisador e pesquisadora não indígenas, temos nosso próprio “conhecimento tácito e não verbalizado” (Nakata, 2007, p. 9) e construções ontológico-epistêmicas que são muito diferentes das dos povos originários. Com nosso poder e privilégio, vem uma grande responsabilidade e risco. Devemos navegar com cuidado pela interface cultural, pois, nesse espaço, o conhecimento dos povos originários pode ser representado “de maneiras que o desvinculam das pessoas que são seus agentes” (Nakata, 2007, p. 8). Entrar nesta interface exige escuta profunda, (des)aprendizado e disposição para mudar.

Durante um período de seis semanas no final do ano de 2024, o autor 1 dispendeu muitas horas em diálogo – ou em *yarning* – com membros e lideranças da comunidade da Nação Yorta-Yorta, para aprender mais sobre os documentos que são o foco desse estudo. Essa relação dialógica moldou nossa convicção de que esse estudo é importante e se constitui em uma das formas de consolidar nosso argumento central. Para validar esse entendimento, o autor e a autora retornaram à comunidade

nos inícios de 2025 e de 2026 e tiveram outros encontros com membros dessa comunidade. Essas trocas, ainda que informais, na forma de notas de campo e observações, se constituíram em uma aproximação conjunta com o tema de estudo.

Relacionalidade com o Território (*Country*)

Praticamos o pensamento relacional, superando a fragmentação da tradição de pesquisa ocidental. Para os povos originários, o *Country* (traduzido de forma incompleta como Território) é um exemplo notável de diferença sistêmica: é um complexo essencial e inseparável de todos os outros fenômenos relacionais. “Ler o Território” implica observar as interações da terra, ecologia, estrelas e estações, seguindo leis ancestrais inscritas nas pessoas e nos lugares (Tynan, 2021; Curkpatrick; Bacaller; Jampijinpa Pawu, 2023). Assim, traduzimos a linguagem contábil para ver a troca financeira como um modelo ecossistêmico onde todos os atores, parentes e formas de vida interagem como iguais.

Diálogo e *yarning*

Nossa abordagem dialógica fundamenta-se na tradição freireana (Wear, 2024), baseada em narrativa compartilhada, amor e solidariedade. Adotamos o *yarning* como o método culturalmente preciso e respeitoso. O *yarning* é mais do que uma conversa; envolve contar histórias que transmitem significados profundos que movem do pensamento para o sentimento e a conexão. Entendemos o *yarning* como um “presente” ou “dádiva” (Barlo *et al.*, 2020). Os encontros nunca ocorreram em ambientes formais de reunião, mas sim na cozinha, durante caminhadas ou observando (lendo) o território. Quando múltiplos participantes negociavam ideias coletivamente, um círculo se formava, assemelhando-se aos “círculos de cultura” de Freire.

Construção do corpus de pesquisa

Para a construção do corpus de pesquisa, analisamos documentos elaborados por organizações da Nação Yorta-Yorta, o Kaiela Institute (KI) e a Rumbalara Aboriginal Co-Operative (RAC), a saber, respectivamente, o *GMRPP* e o *RACAR*. Dessa forma, objetivamos desvendar as

formas pelas quais a linguagem contábil tem sido mobilizada para comunicar e mensurar a visão, as lutas e as conquistas da Nação Yorta-Yorta, passado, presente e futuro.

O *GMRPP*, doravante denominado “O Plano”, foi desenvolvido pelo KI, “um centro de análise e reflexão política liderado pelas Primeiras Nações”. O título do Plano usa a delimitação colonial do território (Goulburn-Murray) como seu dispositivo de enquadramento, o que poderia ser visto como “cumplicidade subversiva” (Grosfoguel, 2005) ou, de forma menos subversiva, uma simples estratégia para normalizar a linguagem para potenciais financiadores e partes interessadas.

Não há tal ambiguidade no outro documento sujeito à nossa análise: o *RACAR*. Como o título indica, este relatório é publicado anualmente pela RAC. Como um todo, o relatório representa a extraordinária variedade de serviços oferecidos e a complexidade de gerenciar uma organização desse porte. Há muitos resultados notáveis listados; histórias de “boas notícias” que oferecem esperança e otimismo para uma comunidade em crescimento com necessidades diversas. Infelizmente, ele também serve para destacar o trauma contínuo que os povos indígenas enfrentam em suas vidas diárias. O fato de esses serviços existirem é uma pena que recai sobre os sistemas coloniais que desapropriaram os povos indígenas, dizimaram sua cultura e perpetuaram as desigualdades. O fato de esses serviços serem realizados com paixão, resiliência e um profundo compromisso com a comunidade e a cultura é uma prova do “espírito invencível” que o *GMRPP* pretende aproveitar.

Após apresentarmos a metodologia adotada, prosseguimos para contextualizar o espaço físico e simbólico em que nosso estudo se realiza. Para isso, apresentamos a Nação Yorta Yorta e seu cenário sócio-político.

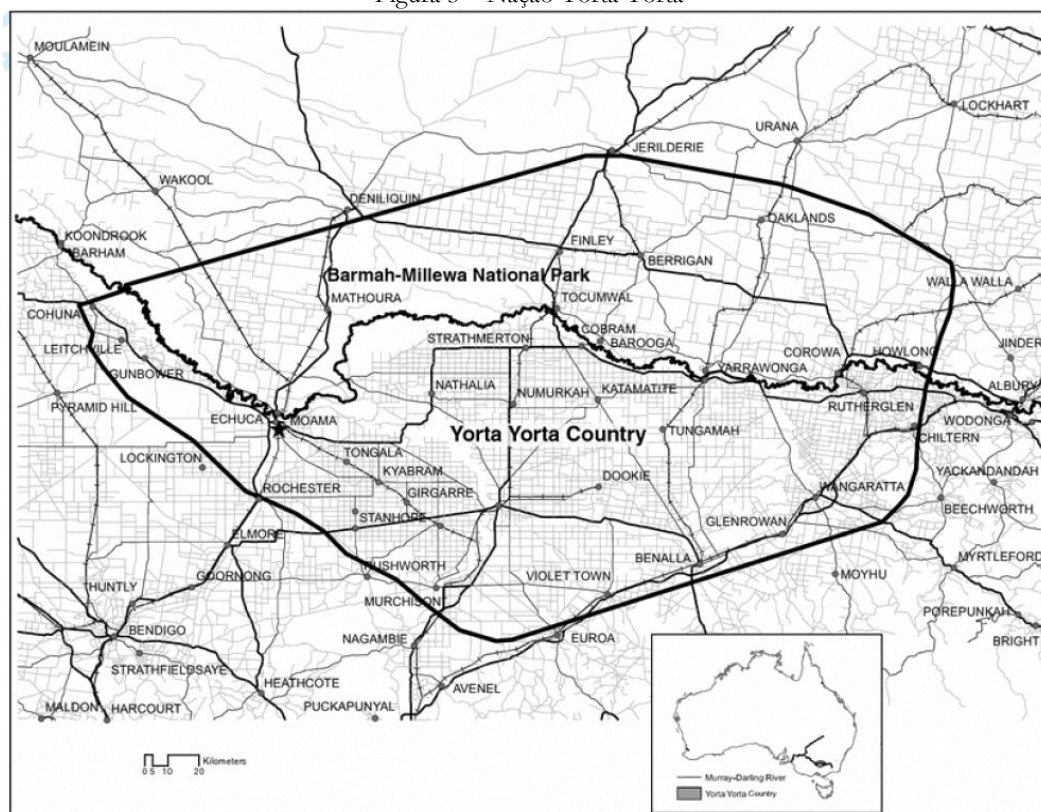
Contexto: Nação Yorta Yorta e o cenário político

A Nação Yorta Yorta

A Nação Yorta Yorta cobre 20.000 km² na confluência dos rios Murray (Dhungala), Goulburn (Kaiela) e Campaspe (Yalka). Está localizada geograficamente no território invadido agora conhecido como Austrália, se estendendo entre o Nordeste de Victoria e o Sul de Nova Gales do Sul, na confluência dos rios Murray e Goulburn.

A Nação se espalha e inclui cidades como Echuca, Shepparton, Benalla, Corowa e Wangaratta. Sua cultura é fortemente conectada ao sistema de rios, lagoas e inundações sazonais, que são reconhecidas como fonte de vida e espírito da Nação. Na Figura 3 a Nação Yorta Yorta é representada, assim com alguns dos aspectos descritos anteriormente, ainda que de forma incompleta.

Figura 3 – Nação Yorta Yorta



Fonte: Lynch *et al.* (2017)

Suas terras tradicionais são habitadas há mais de 40.000 anos, tendo sua população original reduzida em 85% na primeira geração de contato colonial (Atkinson, 2000). A preeminência de líderes Yorta Yorta, como William Cooper (Broome, 2024) e Sir Doug Nicholls (Broome, 2024), na luta nacional por direitos é notável, com eventos fundamentais como o êxodo de Cummeragunja em 1939 (Ward, 2015; Broome, 2024) moldando a identidade política.

Políticas intracomunitárias e interjurisdicionais

As políticas intracomunitárias são baseadas em relações familiares de longa data que informam a tomada de decisão organizacional. As políticas interjurisdicionais colocam a nação à mercê de ciclos eleitorais que alternam entre governanças ideologicamente opostas. O processo de negociação e reivindicação do Tratado (*Treaty*) em Victoria, iniciado em 2016, representa uma ação política significativa, incluindo a Assembleia dos Povos Originários, a Comissão de Justiça Yoorook e o Fundo de Autodeterminação.

No entanto, o trauma pós-referendo de 2023, onde o “Não” à Voz Indígena no Parlamento venceu com 75,24% na região de Nicholls (que cobre território da Nação Yorta Yorta), deixou cicatrizes profundas de decepção, tristeza e raiva. O sentimento é concretizado no fato de que para

cada pessoa da Nação, ao caminhar pelas ruas, significa encontrar cerca de oito pessoas em cada dez pessoas com quem cruzam, que votaram contra o reconhecimento constitucional de seu povo. Esse sentimento ecoa no trabalho desenvolvido pelas organizações mantidas pelos povos originários, como o KI e a RAC, cujos documentos são mobilizados nesse estudo.

Kaiela Institute

Com sede na cidade de Shepparton, o centro comercial e o assentamento mais populoso da Nação Yorta Yorta, é presidido pelo líder comunitário e ancião Paul Briggs AO. O KI tem sido o centro de conhecimento da comunidade, mas é também a fonte de desenvolvimento. A recente construção do Centro Munarra para Excelência Regional é um exemplo excepcional da visão do Instituto.

A formação de parcerias financeiras com o governo local e instituições de ensino superior permitiu que o Centro Munarra fosse concretizado em 2024. Como parte de uma rede de organizações supervisionadas pelo KI, o Centro Munarra tornou-se a sede da Academia de Esporte, Saúde e Educação (ASHE) e uma entidade irmã do Rumbalara Football and Netball Club (RFNC), uma organização esportiva que, por sua própria campanha de marketing, é “mais do que esporte”³ e está fortemente comprometida com uma agenda comunitária mais ampla, proporcionando “progresso significativo por meio de parcerias inovadoras entre os povos indígenas e a comunidade em geral [para desenvolver] uma série de programas comunitários com foco em saúde, educação, emprego e identidade cultural”⁴. O Programa de Emprego Algabonya, o Programa de Mentores de Motoristas Algabonya e o Clube de Tarefas Escolares Gowola são exemplos de iniciativas que a organização tem mobilizado para diminuir a diferença entre os indicadores de saúde e bem-estar entre pessoas dos povos originários e aquelas da comunidade em geral.

Rumbalara Aboriginal Co-Operative

É uma prestadora de serviços comunitários para a comunidade aborígine de Shepparton e das ilhas do Estreito de Torres (e região). A infraestrutura da RAC é significativa e se estende pela cidade

³ <https://www.rfnc.com.au/>.

⁴ <https://www.rfnc.com.au/>.

de Shepparton e pela cidade satélite de Mooroopna. Projetando-se como prestadora de “cuidados para toda a vida”⁵, a RAC realmente oferece uma gama de serviços que vão desde o pré-natal até os cuidados paliativos – e além, até os sonho [*dreaming*] – que a diferenciam da gama de serviços oferecidos pelo KI.

A RAC oferece um amplo conjunto de serviços, que se unem sob as prioridades estratégicas de: Cultura; Comunidade; Saúde; Bem-estar; Família e Conexão (RAC, 2024, pp. 7-8). Os programas que se enquadram nessas prioridades são numerosos demais para serem listados aqui, mas durante o período em que o autor 1 trabalhou na RAC, os serviços mais proeminentes (e com mais recursos) observados foram aqueles no setor de saúde comunitária, que inclui clínicas médicas, odontológicas e de cuidados crônicos, representando iniciativas voltadas para as áreas de saúde dos povos originários com indicadores que apontam para uma desvantagem desproporcional.

Outros prestadores de serviços, como Justiça e Serviços Comunitários, trabalham incansavelmente para reverter a representação excessiva dos povos indígenas no sistema judiciário e correcional e casos igualmente desproporcionais de violência familiar. Por exemplo, o Winyanboga Nangha Centre é um centro de acomodação de crise para famílias “para lidar com suas crises e se recuperar dos impactos da violência familiar” (RAC, 2024, p. 27). Da mesma forma, os Serviços Familiares Integrados comprometem recursos significativos para garantir moradia estável, gerenciar a proteção infantil e programas de acolhimento familiar.

O trabalho coletivo e os resultados dessas organizações culminaram no desenvolvimento do Plano pelo KI. Por um lado, considerou-se necessário formalizar a visão estratégica econômica dos coletivos que faziam parte do âmbito do KI; por outro lado, pretende-se mudar a narrativa predominante em torno dos povos indígenas na “economia regional, de um modelo deficitário predominante para um modelo positivo e contributivo”⁶. Essa dupla necessidade é evidente na linguagem do Plano, grande parte da qual reflete a linguagem das declarações de missão das outras organizações. Talvez a observação mais interessante seja que os nomes dos vários institutos, centros ou programas quase nunca incluem as palavras “aborígene”, “indígena” ou “primeiros povos”. Certamente, o uso de palavras Yorta Yorta torna evidente que a cultura e o patrimônio aborígene são centrais para a autoria e identidade daqueles e daquelas que representa; no entanto, a decisão de usá-las em vez de indicadores diretos de identidade é digna de nota.

Após essa contextualização, avançamos para a análise e discussão de achados preliminares, que apoiam a crítica à linguagem contábil tradicional, o apoio a uma lente contábil dialógica crítica, e a proposta de uma contabilidade relacional.

⁵ <https://rumbalara.org.au/>.

⁶ www.kaielainstitute.org.au.

Análise e discussão preliminares

Nossa análise temática preliminar dos dois documentos foi realizada utilizando o ChatGPT, com nossas análises individuais (e triangulação) sendo feita posteriormente. Ao decidirmos utilizar a ferramenta de IA Generativa no processo de construção do corpus de análise, nós pesquisamos inicialmente sua dependabilidade e a importância do “*prompt design*” (Zhang *et al.*, 2024; Turobov; Coyle; Harding, 2024; Lee *et al.*, 2024).

Acreditamos, como pesquisador e pesquisadora, que a intervenção humana permanece crítica para a validade desse corpo de evidências. No entanto, como uma primeira investida, a ferramenta foi útil para identificar os temas-chave, os tópicos e termos que refletem aqueles que emergem de nossa vivência com a comunidade, ou do *yarning*.

Tendo isso em mente, na sequência, consideramos a análise preliminar do *GMRPP* e, então, do *RACAR*. Posteriormente, comparamos os temas e os relacionamos tentativamente com o modelo dos 7Ps, para entendermos se e como a linguagem (especificamente aquela relacionada com os processos contábeis) molda a ação e o que essa linguagem e ação nos revelam sobre poder.

GMRPP

Desenvolvido pelo KI, o *GMRPP* visa formalizar a visão estratégica econômica e mudar a narrativa de um modelo de déficit para um modelo de contribuição positiva. Observamos uma “cumplicidade subversiva” (Grosfoguel, 2005) tanto no uso de nomes geográficos coloniais quanto na substituição de termos como “aborígene” por palavras Yorta Yorta para normalizar a linguagem perante financiadores.

A análise via IA (ChatGPT) revelou que o Plano é “forjado no fogo do livre mercado”. São seis as categorias temáticas identificadas, que abrangem: inclusão econômica e paridade; barreiras históricas e sistêmicas; abordagens baseadas em forças e no lugar; investimentos estratégicos sociais e econômicos; governança e parcerias; e, por fim, conhecimento indígena e herança cultural.

Com relação à inclusão econômica e paridade dos povos originários, o documento enfatiza a inclusão econômica da Nação Yorta-Yorta e dos povos originários, buscando uma prosperidade compartilhada e uma participação ativa no crescimento regional. Algumas das expressões-chave que são mobilizadas são: *First Nations economy*, *economic inclusion*, *shared prosperity*, *regional growth*, *economic development*, *Closing the Gap*.

Com referências às barreiras históricas e sistêmicas, o documento discute o impacto histórico da colonização e o racismo sistêmico que têm levado à exclusão econômica e às disparidades em bem-estar, emprego e educação. Para isso, utiliza expressões-chave como: *impact of colonization, systemic racism, dispossession, historical injustices, economic disparity*.

O Plano promove uma abordagem baseada em forças (*strength-based*) e no lugar (*place-based*) para o desenvolvimento regional, focando na liderança e no conhecimento cultural indígenas. Para isso, adota expressões-chave como: *place-based approach, strength-based development, cultural knowledge, Indigenous leadership, Yorta Yorta Country*.

como investimentos estratégicos sociais e econômicos, o documento delinea estratégias de investimentos em educação, emprego, e desenvolvimento de negócios. As expressões-chave são: *Indigenous business development, employment pathways, economic investment, entrepreneurship, regional sustainability*.

Estruturas de implementação e de governança são enfatizadas na temática de governança e parcerias, assegurando *accountability* e compromisso de longo-prazo com as partes interessadas. Essa é talvez a categoria temática mais fortemente relacionada com a contabilidade. As expressões-chave que emergem são: *governance model, accountability, leadership, partnerships, stakeholder engagement, plan champions*.

Finalmente, quanto ao conhecimento indígena e herança cultural, o Plano reforça o valor do conhecimento, tradição oral, e práticas culturais indígenas para moldar a identidade regional e as oportunidades econômicas, com expressões-chave como: *cultural identity, Indigenous knowledge, truth-telling, cultural safety, Yorta Yorta heritage*.

O Quadro 2 (Apêndice) sintetiza essas categorias temáticas com exemplos de trechos retirados do documento original. Esses trechos foram propositalmente mantidos na língua em que o documento foi elaborado, que é o inglês, para se evitar o perigo de uma dupla tradução.

Por fim, é importante ressaltar que os termos mais frequentes no documento são: econômico, prosperidade, investimento, governança, emprego e empreendedorismo.

RACAR

Diferente do *GMRPP*, o *RACAR* foca no papel de provedora de serviços comunitários “para toda a vida”. A análise via IA revelou um foco em serviços de assistência social. As categorias temáticas identificadas são: serviços de saúde e bem-estar comunitário; desempenho financeiro e governança; financiamento governamental e parcerias; liderança indígena e identidade cultural; desenvolvimento de habitação e de infraestrutura; e, por fim, desenvolvimento do corpo funcional e força de trabalho.

Em “serviços de saúde e bem-estar comunitário”, o relatório enfatiza o papel da cooperativa em prover saúde, cuidado a pessoas idosas, cuidado a pessoas com deficiência, e serviços de apoio social para a comunidade aborígine, adotando como expressões-chave: *health services, aged care, disability support, community wellbeing, mental health, social services*.

Em “desempenho financeiro e governança”, um foco significativo recai na sustentabilidade financeira, nas receitas de verbas governamentais, e nas estruturas de governança para assegurar a *accountability*. As expressões-chave são *financial statements, consolidated entity, revenue, governance model, financial sustainability, audit committee*.

A categoria “financiamento governamental e parcerias” reforça que a organização depende fortemente dos recursos financeiros dos governos estaduais e federal, de editais, e de parcerias externas para sustentar os seus serviços. Essa dependência se revela em expressões-chave: *government grants, funding agreements, financial support, external partnerships, strategic investments*.

A importância da governança, programas culturais dos povos originários e liderança indígena no âmbito da RAC é enfatizado em “liderança indígena e identidade cultural”, com expressões-chave como *Aboriginal governance, cultural identity, Yorta Yorta Country, Indigenous leadership, community-led initiatives*.

Duas das principais áreas de investimento são os serviços de apoio à moradia e os projetos de infraestrutura da comunidade, contemplados na categoria “desenvolvimento de habitação e de infraestrutura”, que traz como expressões-chave: *housing support, infrastructure projects, property development, asset management, affordable housing*.

Por fim, em “desenvolvimento do corpo funcional e força de trabalho”, o relatório detalha a equipe funcional, cita ações de treinamento e iniciativas de emprego, incluindo o foco em emprego para pessoas indígenas e estratégias de retenção. Como expressões-chave temos: *employee benefits, workforce development, training programs, staff wellbeing, recruitment strategies*.

Os termos mais frequentemente citados no relatório são: Comunidade, Saúde, Financiamento, Governança, Apoio e Habitação. Aqui, chama a atenção o termo “comunidade”, que revela uma forte ligação da organização com a sua base. O Quadro 3 (Apêndice) exemplifica trechos do relatório para cada uma das categorias temáticas de análise.

Na próxima seção, à guisa de discussão, fazemos uma análise comparativa, explorando foco, tensões e desalinhamentos. Essas dimensões, em conjunto com a própria característica de cada relatório, podem pavimentar o caminho de uma contabilidade tradicional para uma contabilidade relacional.

Análises comparativas: focos, tensões e desalinhamentos

O *GMRPP* foi claramente forjado no fogo do mercado livre, como revelam as palavras/termos que aparecem com mais frequência. O *RACAR*, por outro lado, refletiu seu trabalho da cooperativa como prestadora de serviços sociais. Embora os temas do Plano refletissem de forma semelhante uma perspectiva econômica dominante, eles não se esquivaram da realidade da desigualdade sistêmica. Ambos os aspectos foram articulados em muitas ocasiões por Briggs, inclusive no evento de lançamento do Plano, realizado na RFNC em 2021, onde ele afirmou primeiro: “temos a oportunidade de mudar a narrativa de um custo para a sociedade de manter as estruturas de bem-estar para uma linguagem de investimento...” (KI, 2021, p. 2-21). E, então: “nosso povo está dizendo: sim, queremos prosperidade, mas não vamos conseguir isso sem expressão cultural, forte afirmação cultural, ressurgimento da língua Yorta Yorta... há muito trabalho a ser feito para desconstruir o racismo institucional da região” (KI, 2021, p. 9-43).

O *RACAR* tem, reconhecidamente, um formato diferente e serve a um propósito distinto, mas contém visões gerais dos valores organizacionais, da direção estratégica e visões gerais detalhadas das áreas de serviço da cooperativa. Apesar disso, partir do documento e da análise subsequente, surge um quadro muito diferente. À medida que o diálogo avançava, ficou evidente que os dois documentos refletiam claramente os objetivos e diretrizes de ambas as organizações, bem como uma distinção tácita entre suas funções. Ou seja, com ênfase no apoio e atendimento às necessidades mais urgentes da comunidade, a RAC considera que a construção da comunidade, o bem-estar e o foco na família são a maneira de tirar os povos indígenas da marginalização socioeconômica e levá-los à igualdade.

O KI, por outro lado, identificou a prosperidade econômica como o meio pelo qual os povos indígenas podem recuperar a dignidade cultural e serem percebidos como contribuintes econômicos para a região, em vez de um fardo econômico. No entanto, em vez de trabalharem em harmonia para “elevar e puxar”, observamos uma fragmentação do apoio ao longo de linhas ideológicas. Fazemos questão de enfatizar que essa observação não é específica a este cenário; essa dinâmica aparece repetidamente em comunidades e organizações em todo o mundo. Nosso interesse nessa divisão é do ponto de vista contábil. É nesse ponto que emerge a questão: o que nós, como estudiosos e profissionais críticos da contabilidade, podemos oferecer para garantir que o imperativo comum não seja perdido?

Daqui surge o argumento central de que nossa tarefa, portanto: é reformular ou “desestabilizar” a contabilidade para estarmos mais bem preparados para trabalhar com organizações como o KI ou a RAC, tanto para apoiar sua contabilidade – para governo, financiadores e parceiros

–, quanto para sustentar um processo de prestação de contas mais ampla para a comunidade – mas, nos termos deles.

Para isso, por fim, antes de acomodarmos esse desafio, procedemos uma análise temática comparativa dos documentos, enfatizando as tensões ou os desalinhamentos entre eles, em dimensões de análise como propósito e orientação, autodeterminação, centralidade econômica, saúde e bem-estar, contexto histórico, estilo linguístico, espaço e country e governança.

Quadro 1 – Quadro comparativo de análise temática com as tensões e desalinhamentos

Dimensão de Análise	<i>GMRPP</i>	<i>RACAR</i>	Tensões e desalinhamentos
Purpose & Orientation	Aspirational, future-focused strategy aimed at reshaping regional economic relations.	Retrospective and operational, focused on accountability and service delivery.	Strategic ambition risks being disconnected from the everyday constraints of service delivery and compliance realities.
Concept of Self-Determination	Defined largely through economic participation, enterprise and parity in growth.	Defined through community control, governance autonomy and care.	Economic framings may underplay care, governance labour and relational work central to lived self-determination.
Economic Centrality	Economy is the primary lever for change.	Economy is instrumental, mainly a matter of financial sustainability.	Prosperity discourse risks privileging market logics over social reproduction and care work.
Health & Wellbeing	Treated as downstream outcomes of economic inclusion.	Treated as the core purpose of the organisation.	Linear assumptions (economy → wellbeing) obscure the immediate and ongoing resource demands of care.
Historical Framing	Explicit naming of colonisation and systemic racism as structural barriers.	History largely implicit and backgrounded.	Truth-telling is more visible at the strategic level than in operational accountability narratives shaped by funder expectations.
Strength-Based Language	Highly explicit and rhetorically central.	Present but muted and pragmatic.	Strength-based discourse risks becoming symbolic if not matched with material resourcing at service level.
Place & Country	Country framed as an economic, cultural and strategic asset.	Country framed as relational, cultural and therapeutic.	Instrumental uses of Country may sit uneasily with care-centred, relational understandings.
Governance	Governance framed as enabling transformation and partnerships.	Governance framed as compliance, fiduciary duty and risk management.	Transformational governance rhetoric may underestimate the administrative burden placed on Aboriginal organisations.

Fonte: Elaborado pelas pessoas autoras

Ao relacionar esses achados preliminares ao M7P, é possível avaliar o potencial contributivo de cada um para o atingimento da autodeterminação dos povos originários. Essa leitura comparativa revela que os documentos não carregam em si visões mutuamente excludentes, mas comportam desalinhamentos em termos de escala, temporalidade e regimes de *accountability*.

O *GMRPP* articula autodeterminação como orientada para o futuro e resultado de transformações estruturais, a ser alcançada por meio de inclusão econômica, desenvolvimento empresarial e paridade no crescimento regional. Sua contribuição repousa na rearticulação imaginativa em termos de políticas: reposicionar os povos originários como atores econômicos ao invés de beneficiários de ações assistenciais e nominar o colonialismo e o racismo sistêmico como barreiras estruturais. Entretanto, a autodeterminação nesse documento permanece largamente como aspiracional e representacional, operando em níveis de estratégia regional mais do que de ação organizacional.

Em contraste, o *RACAR* demonstra como a autodeterminação é implementada na prática, por meio do controle da comunidade, do exercício da governança e da oferta de serviços culturalmente alinhados e seguros. Aqui, a autodeterminação não é um ponto de chegada, mas uma condição permanente que deve ser continuamente operada sob condições de dependência em termos de recursos financeiros, monitoramento regulatório e pressão em termos de mão de obra. O relatório apoia-se em *accountability*, sustentabilidade, continuidade e cuidado, revelando o trabalho institucional requerido para simplesmente manter a autonomia indígena conforme sistemas colonialistas de governança.

Quando confrontados com o M7P, um padrão claro emerge. *Purpose* é orientado para o futuro no *GMRPP*; mas sustentável e protetivo no *RACAR*. *People* são abstraídas como uma política coletiva no primeiro, e visivelmente presentes como a equipe, Anciões e Anciãs, e famílias ou clãs no segundo. *Place* é mobilizado como um ativo econômico em uma estratégia regional e ainda como uma responsabilidade relacional no provimento de serviços. E mais significativo e simbólico, *Power* permanece desigualmente distribuído: enquanto no *GMRPP* sinaliza em direção a um compartilhamento de poder por meio de parcerias; o *RACAR* expõe como o poder é continuamente negociado em uma estrutura de financiamento e regimes de conformidade externamente impostos.

Essas diferenças apontam para uma tensão central: a autodeterminação é imaginada a um nível estratégico, mas operacionalizada em um nível organizacional. As agendas de *Prosperity* dependem de organizações aborígenes que absorvam os riscos, o peso administrativo e o trabalho de cuidado que possibilite a participação econômica, apesar deste trabalho ser raramente reconhecido como econômico ou estratégico. Como resultado, a autodeterminação se torna fragmentada entre política e

prática, com a transformação esperada partindo de organizações cujo desempenho é avaliado em termos de estabilidade, conformidade e sustentabilidade.

Esses desalinhamentos não são incidentais, mas estruturais. Refletem uma política econômica mais ampla em que as organizações indígenas são simultaneamente encarregadas com o provimento de serviços assistenciais, preservação da cultura, conformidade com os sistemas governamentais, e a construção de futuros econômicos. Sem uma atenção explícita e concreta a essas tensões e desalinhamentos, arcabouços de prosperidade podem terminar por reproduzir relacionamentos extrativistas disfarçados em uma linguagem de inclusão.

Autodeterminação, pluralismo contábil e falha dialógica

Partindo da conceituação da CDA (Dillard; Vinnari, 2019), esse estudo examina como o *GMRPP* e o *RACAR* apoiam, limitam ou fragmentam a autodeterminação dos povos originários entre políticas e escalas organizacionais. Consistente com a ênfase em pluralismo contábil, com o engajamento atomístico e com a integração institucional, a análise demonstra que a limitação primária não é a ausência de intenção dialógica, mas a falha em traduzir os ideais dialógicos em infraestruturas contábeis capazes de sustentar a contestação, o reconhecimento e a redistribuição.

O *GMRPP* pode ser compreendido como uma intervenção contábil estratégica que procura ampliar os limites discursivos do desenvolvimento econômico regional. Em linha com a noção de abertura dialógica de Dillard e Vinnari (2019), o *GMRPP* desafia o enquadramento discursivo em uma lógica de déficit ao posicionar os povos originários como atores econômicos e explicitamente reconhecer as injustiças históricas e estruturais, claramente nomeando-as. Isso representa um movimento parcial em torno do pluralismo contábil, na medida em que narrativas alternativas de valor, lugar e prosperidade são articuladas em um domínio político tradicionalmente governado por lógicas centradas no mercado.

Entretanto, como Dillard e Vinnari (2019) alertam, o intento dialógico sozinho não é suficiente. O *GMRPP* permanece largamente desacoplado de mecanismos institucionais nos quais a contabilidade opera. A autodeterminação é representada como um resultado orientado ao futuro da inclusão econômica, enquanto que os regimes de contabilidade do momento presente que estruturam a ação organizacional – contratos de obtenção de recursos financeiros, requisitos de conformidade, e métricas de desempenho – permanecem intactas. Diálogo é, dessa forma, contemplado no nível da narrativa, mas bloqueado no nível de direitos de decisão e consequências materiais, limitando capacidade do *GMRPP* em funcionar como um sistema contábil genuinamente dialógico.

O *RACAR* exemplifica uma contabilidade integrada em restrições institucionais. Diferentemente da abstração estratégica do *GMRPP*, o *RACAR* é moldado pelos requisitos mandatórios de prestação de contas demarcados pelos relacionamentos com financiadores, reguladores e auditores. Ainda assim, consistente com a insistência de Dillard e Vinnari (2019) de que a contabilidade dialógica é situada e contestada, o relatório também reflete a contabilidade relacional com a comunidade, Anciões e Anciãs, equipe, e com o Território (*Country*).

Essa contabilidade dual expõe uma tensão central na prática da contabilidade dialógica: as organizações indígenas são requeridas a operacionalizar valores plurais – cuidado, cultura e continuidade – em sistemas de contabilidade monológicos que privilegiam prestação de contas a financiadores e organismos de conformidade. Enquanto o *RACAR* em alguns aspectos visibiliza esse seu esforço adicional, eles permanecem marginais dentro dos arcabouços avaliativos dominantes. A capacidade da organização de promover a autodeterminação é, dessa forma, constrangida não por uma falta de voz, mas pelos limites institucionais do que pode ser reconhecido como desempenho legítimo.

Interpretados por meio da lente do M7P, as tensões e desalinhamentos entre os dois documentos refletem o que Dillard e Vinnari (2019) descrevem como falha dialógica institucionalizada – uma condição em que perspectivas plurais são reconhecidas retoricamente, mas neutralizadas pelas relações de poderes existentes. Assim, uma falha dialógica pode ser atribuída a cada uma das dimensões do modelo de Mark Jones (2024):

- *Purpose* diverge entre aspirações transformacionais e sobrevivência organizacional, refletindo temporalidades incompatíveis.
- *People* é representado abstratamente no nível político e concretamente na prática organizacional, minando a mútua intelegibilidade.
- *Place* é enquadrado como um ativo econômico na estratégia nas como uma responsabilidade relacional no provimento de serviços.
- E de forma ainda mais crítica, *Power*, *Process* e *Performance* permanecem governados pela lógica contábil dominante que privilegia controle externo, mensurabilidade de curto prazo e gestão de risco.

Esses desalinhamentos ilustram o argumento de Dillard e Vinnari (2019) de que a contabilidade dialógica requer uma reconfiguração institucional, não meramente processos participatórios. Sem mudanças em como o desempenho é definido (e mensurado), como os recursos são alocados, e como a prestação de contas é demandada, os espaços dialógicos permanecem superficiais.

A contabilidade relacional, portanto, alinha-se fortemente ao que Dillard e Vinnari (2019) chamam de engajamento agonístico que reconfigura conflito, diferença e assimetria de poder mais do que busca consenso. As práticas da RAC exemplificam essa orientação, uma vez que a prestação de contas é baseada mais em relacionamentos duradouros do que em somente conformidade contratual. Entretanto, o peso de manter essa contabilidade relacional é distribuído de forma desigual, recaindo primariamente nas organizações indígenas.

Considerações finais

Esse estudo analisa o *GMRPP* e o *RACAR* pelas lentes do M7P para avaliar criticamente como cada um contribui para o atingimento da autodeterminação dos povos originários. Lidos comparativamente, os documentos revelam visões que não são mutuamente excludentes, mas que carregam tensões e desalinhamentos estruturais em torno de escala, temporalidade e regimes de *accountability*.

Quando mapeadas em torno da contabilidade relacional, esses desalinhamentos em torno do M7P se tornam mais evidentes e consequenciais. A contabilidade relacional enfatiza que a prestação de contas, *accountability*, não seja primariamente contratual ou processual, mas ética, relacional e corporificada na responsabilidade com as pessoas, o Território (*Country*), e as futuras gerações. Nessa lente, o *GMRPP* presta contas primeiramente para instituições (governos, órgãos regionais, investidores) e tem uma visão futura de prosperidade. O *RACAR* rende contas sobretudo para relacionamentos duradouros – comunidade, Anciões e Anciãs, equipe, e Território (*Country*) – mesmo quando essas obrigações conflitam com as prioridades dos provedores de recursos.

Isto cria o peso de uma *accountability* distribuída em diversas camadas de complexidade. Dessa forma, as organizações aborígenes assumem compromisso adicional de traduzir obrigações relacionais em distintos formatos burocráticos que sejam legíveis ao estado, enquanto os arcabouços de políticas públicas raramente traduzem suas demandas burocráticas em termos relacionais. Como resultado, o trabalho relacional que sustenta a autodeterminação – cuidado, confiança, preservação da cultura, governança – é invisibilizado em métricas de desempenho focadas em resultados e conformidade.

Em uma perspectiva de contabilidade relacional, a autodeterminação falha não quando as aspirações não são alcançadas, mas quando os relacionamentos se sustentam em bases que são assimetricamente afetadas pelo peso do trabalho de auto-tradução. O *GMRPP* contribui para a autodeterminação ao expandir a narrativa e o espaço estratégico; o *RACAR* a sustenta pela absorção

do risco e da responsabilidade. Sem o reconhecimento desse desbalanceamento, a Contabilidade Relacional é restrita, e a autodeterminação permanece parcial.

Observamos uma fratura de suporte ao longo de linhas ideológicas: enquanto RACAR foca no fortalecimento da comunidade e da família para tirar os povos originários da marginalidade, o KI vê a prosperidade econômica como o meio para recuperar a dignidade cultural.

Através da leitura crítica, baseada em Freire, percebemos que a compreensão do texto exige a percepção das relações entre o texto e o contexto. Nossa tarefa como pesquisadores é “*unsettle*” (desestabilizar) a contabilidade para apoiar ambas as organizações em seus próprios termos. A contabilidade deve deixar de ser uma ferramenta de despossessão técnica para se tornar um suporte à autodeterminação.

Os desafios aqui levantados refletem um padrão global de ausência de responsabilidade corporativa e falta de consciência relacional. Conflitos recentes com mineradoras multinacionais ilustram a falha das métricas tradicionais. No caso Fortescue (Austrália Ocidental), a rejeição de uma reivindicação de compensação de 1,8 bilhão de dólares, oferecendo-se apenas quantias irrisórias (92 mil dólares por perda de terra), demonstra como a perda cultural é tratada de forma inadequada por métricas capitalistas (Collard, 2025). No caso Rio Tinto (Território do Norte), o fechamento de minas deixa comunidades diante de um “abismo de royalties” e temores de retorno à dependência social, sem uma contabilidade relacional que garantisse fundos de riqueza geracionais. Além disso, custos de reabilitação da toxicidade do Território são compreendidos como obstáculos financeiros, não obrigações relacionais (Marr; Garrick, 2025).

À guisa de conclusão, a contabilidade relacional oferece uma linguagem para negociar esses recursos. Pesquisas futuras considerarão os encontros no Brasil (Abya Yala), onde desafios paralelos impactam as comunidades indígenas diante de práticas corporativas que ignoram a autoridade local. Expor essas semelhanças permitirá construir uma rede de praticantes de contabilidade relacional, alterando a linguagem da disciplina para que ela reconheça a diversidade e seja verdadeiramente inclusiva.

Referências

ATKINSON, W. **Not one iota**: the Yorta Yorta struggle for land justice. 2000. 277f. Tese (Doutorado) – La Trobe University, Melbourne, 2000.

BARLO, S. *et al.* Yarning as protected space: principles and protocols. **AlterNative: An International Journal of Indigenous Peoples**, Auckland, v. 16, n. 2, p. 90-98, 2020.

BROOME, R. **Aboriginal Victorians**: a history since 1800. Crows Nest: Allen & Unwin, 2024.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CHEW, A.; GREER, S. Contrasting world views on accounting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Leeds, v. 10, n. 3, p. 276-298, 1997.

COLLARD, S. Fortescue and WA government say traditional owners' \$1.8bn compensation claim is worth \$8m. **The Guardian**, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/australia-news/2025/feb/25/fortescue-wa-government-yindjibarndi-compensation-claim-pilbara-mine>. Acesso em: 2 jul. 2026.

CURKPATRICK, S.; BACALLER, S.; JAMPIJINPA PAWU, W. Who is country?: a hermeneutic strategy toward philosophical responsiveness in Australia. **Parrhesia: a Journal of Critical Philosophy**, Melbourne, v. 38, pp. 44-69, 2023.

DILLARD, J.; VINNARI, E. Critical dialogical accountability. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 62, p. 16-38, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia del oprimido**. México: Siglo Veintiuno, 1981.

GIBSON, K. Accounting as a tool for Aboriginal dispossession. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Leeds, v. 13, n. 3, p. 289-306, 2000.

GROSGOUEL, R. Hybridity and mestizaje: sincretism or subversive complicity? Subalternity from the perspective of the colonality of power. In: ISFAHANI-HAMMOND, A. (org). **The masters and the slaves: new directions in Latino American cultures**. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 115-129.

GRAY, R. Accounting and environmentalism. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 5, p. 399-425, 1992.

JONES, M. Relationality: First Peoples Enterprisers' competitive advantage. **Ochre Paper – Indigenous thought leadership**. Melbourne: Dilin Duwa, 2024.

KAIELA INSTITUTE (KI). **Goulburn Murray Regional Prosperity Plan** [relatório completo]. Shepparton: Kaiela Institute, 2021. 83 p. Disponível em: https://www.kaielainstitute.org.au/uploads/7/9/1/0/7910149/goulburn_murray_regional_prosperity_plan_-_full_report_-_final.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

KWAYMULLINA, B.; KWAYMULLINA, A. Indigenous holistic logic. **Journal of Australian Indigenous Issues**, Ballarat, v. 17, n. 2, p. 34-42, 2014.

LEE, V.V. *et al.* Harnessing ChatGPT for thematic analysis: are we ready? **Journal of Medical Internet Research**, v. 26, 2024.

LYNCH, A.H. *et al.* Challenges of diverse knowledge systems in landscape analysis of the Murray-Darling Basin, Australia. **Regional Environmental Change**, v. 17, n. 3, p. 767-776, 2017.

MARR, D.; GARRICK, M. NT communities face mining royalties cliff [entrevista no rádio]. **Late Night Live, Australian Broadcasting Corporation**, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://www.abc.net.au/listen/programs/latenightlive/nt-mining-royalties-cliff/104981490>. Acesso em: 30 nov. 2025.

NAKATA, M. The cultural interface. **Australian Journal of Indigenous Education**, Brisbane, v. 36, n. S1, p. 7-14, 2007.

RUMBALARA ABORIGINAL CO-OPERATIVE (RAC). **Annual Report 2023/24**. Mooroopna: Rumbalara Aboriginal Co-operative, 2024. Disponível em: <https://rumbalara.org.au/wpcontent/uploads/2023-2024-Annual-Report-Final-Version.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SMITH, L.T. **Decolonizing methodologies**. London: Zed Books, 2022.

TUROBOV, A.; COYLE, D.; HARDING, V. Using ChatGPT for thematic analysis. **ArXiv**, 2405.08828v1, 2024.

TYNAN, L. What is relationality? **Cultural Geographies**, v. 28, n. 4, p. 597-610, 2021.

WARD, M. V. **The Cummeragunja walk-off: a study of black/white politics and public discourse about race, ideology and place on the eve of the Second World War**. 100f. Tese (Doutorado) – Macquarie University, Sydney, 2016.

WEAR, A. Retomando Freire: uma perspectiva australiana das epistemologias indígenas e do currículo universitário. In: FLEURI, R.M. (org). **Viver em plenitude: compartilhando práticas e tecendo saberes decoloniais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, p. 261-288.

ZHANG, H. *et al.* Redefining Qualitative Analysis in the AI Era: Utilizing ChatGPT for Efficient Thematic Analysis. **ArXiv**, 2309.10771v3, 2024.

Apêndice

Quadro 2 – Quadro de análise temática do GMRPP

Categoria	Excerto	Pág.
First Nations Economic Inclusion & Parity	This Prosperity Plan seeks to build a strong, inclusive First Nations economy that enables parity in economic participation and outcomes.	6
	Shared prosperity means that First Nations people benefit equitably from regional growth and investment.	7
	Economic inclusion is fundamental to achieving long-term self-determination for First Nations communities.	9
Historical and Systemic Barriers	The ongoing impacts of colonisation have resulted in systemic exclusion of First Nations people from economic opportunity.	5
	Structural racism and historical dispossession continue to shape inequities across employment, income and wealth.	8
Strength-Based and Place-Based Approaches	This Plan adopts a place-based approach that recognises the unique strengths, assets and aspirations of Yorta Yorta Country.	10
	A strength-based lens shifts the narrative from disadvantage to capability, leadership and opportunity.	11
	Local cultural knowledge and lived experience are central to effective regional	12

Categoria	Excerto	Pág.
	development.	
Strategic Economic and Social Investment	Targeted investment in education, employment and enterprise development is required to grow the First Nations economy.	14
	Supporting First Nations businesses is a key lever for job creation and regional prosperity.	15
	Employment pathways must be culturally safe, sustainable and led by community priorities.	16
Governance and Partnerships	Strong governance arrangements are critical to accountability, transparency and long-term impact.	18
	Partnerships between First Nations organisations, government and industry are essential to achieving shared outcomes.	19
	Leadership from First Nations people is embedded across the governance structure of this Plan.	20
Indigenous Knowledge, Culture & Truth-Telling	Truth-telling about history and its impacts is foundational to building respectful and productive relationships.	4
	Cultural identity and connection to Country are core assets in regional prosperity.	11
	Yorta Yorta cultural knowledge informs the vision, priorities and implementation of this Plan.	10

Fonte: GMRPP

Quadro 3 – Quadro de análise temática do RACAR

Categoria	Excerto	Pág.
Community-Controlled Health & Wellbeing	Rumbalara Aboriginal Co-Operative exists to provide holistic, culturally safe health and wellbeing services for our community.	3
	Our model of care is grounded in Aboriginal community control and self-determination.	6
	Health outcomes are strongest when services are designed and delivered by community, for community.	8
Holistic and Culturally Safe Service Delivery	Services are delivered through a holistic lens that recognises the social, emotional and cultural determinants of health.	7
	Cultural safety is embedded across all programs, policies and service interactions.	9
	Connection to culture, Country and community is central to wellbeing.	10
Governance, Accountability & Compliance	The Board is responsible for ensuring strong governance, financial accountability and strategic oversight.	20
	Rumbalara operates in accordance with all legislative, regulatory and funding requirements.	22
	Sound governance underpins organisational sustainability and community trust.	21
Financial Sustainability & Stewardship	The Co-operative remains financially sustainable through careful stewardship of public funds.	32
	Government funding continues to be the primary source of revenue supporting service delivery.	33
	Financial performance reflects our commitment to accountability and transparency.	34
Workforce Development & Care	Our workforce is our greatest strength, and we prioritise staff wellbeing, development and cultural safety.	14
	Investment in Aboriginal employment and leadership remains a key organisational priority.	15
	Training and professional development support a skilled and sustainable workforce.	16
Housing, Aged Care & Social	Rumbalara continues to expand housing and aged care services in response to	11

Categoria	Excerto	Pág.
Support	growing community need.	
	Safe and secure housing is foundational to health and wellbeing.	12
	Integrated social support services strengthen outcomes for Elders and families.	13
Self-Determination & Community Leadership	Self-determination remains central to Rumbalara’s vision and strategic direction.	5
	Community leadership guides decision-making at all levels of the organisation.	6
	We remain accountable first and foremost to our Aboriginal community.	4

Fonte: RACAR

Agradecimentos

Esse projeto de pesquisa foi possível pelo apoio de pessoas e instituições. Como forma de evitar injustiças, direcionamos nossos agradecimentos principais à Nação Yorta-Yorta, aos Ancestrais, Anciãos e Anciões de Povos originários, passado, presente e futuro.

Abstract

This work adopts a critical and decolonial worldview, understanding accounting language as a mechanism for reinforcing power over Indigenous Peoples. Thus, it questions the prevalent use of accounting language that perpetuates the economic and cultural marginalisation of Indigenous Peoples’ ways of life and ways of life and knowledge systems. Based on relational approaches and adopting the theoretical framework of critical dialogic accounting, we analyse the language used in official documents to bring hidden power structures to light. The documents analysed were produced by the Kaiela Institute and the Rumbalara Aboriginal Co-operative, organisations of the Yorta Yorta Nation. We propose a change in the form of communication and accounting “measurement” to address the power imbalance, which we call relational accounting. Preliminary findings indicate that accounting language normalises economic marginalisation and reinforces systemic barriers to self-determination, while relational accounting recognises the knowledge systems and values of these peoples, promoting an empowering accounting practice.

Keywords: relational accounting; critical accounting; self-determination; relationality; ancestral knowledge.

Resumen

Este trabajo adopta una visión del mundo crítica y descolonial, entendiendo el lenguaje contable como un mecanismo de refuerzo del poder sobre los pueblos originarios. Así, cuestiona el uso predominante del lenguaje contable que perpetúa la marginación económica y cultural de los modos de vida y saberes de los pueblos originarios. Basándonos en enfoques relacionales y adoptando el marco teórico de la contabilidad dialógica crítica, analizamos el lenguaje utilizado en documentos oficiales para sacar a la luz estructuras de poder ocultas. Los documentos analizados fueron elaborados por el Instituto Kaiela y la Cooperativa Aborigen Rumbalara, organizaciones de la Nación Yorta Yorta. Proponemos un cambio en la forma de comunicación y “medición” contable para hacer frente al desequilibrio de poder, denominando esta propuesta contabilidad relacional. Los hallazgos preliminares indican que el lenguaje contable normaliza la marginación económica y refuerza las barreras sistémicas a la

autodeterminación, mientras que la contabilidad relacional reconoce los sistemas de conocimiento y los valores de estos pueblos, promoviendo una práctica práctica contable de empoderamiento.

Palabras clave: contabilidad relacional; contabilidad crítica; autodeterminación; relacionalidad; conocimiento ancestral.